MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 017/2016

Publicada no Diário Oficial nº 33036 de 22/12/2015, sob o número do protocolo: 913122

ONDE SE LÊ: Vigência: 14/12/2015 a 13/12/2016.

LEIA-SE: Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2017

Protocolo: 137226

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2017 - MP/PJG-CGMP

O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, usando de suas atribuições legais, instituem, no Ministério Público do Estado do Pará, o Grupo de Trabalho de Execução Penal e Sistema Penitenciário e dá outras providências. O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará e o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 18, inciso V, e 37, inciso XIV, ambos da Lei Complementar Estadual nº 057/06 c/c o art. 3º, inciso XII da Lei Federal nº 8.625/93, CONSIDERANDO a atribuição conferida constitucionalmente ao Ministério Público de defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como de fiscalização do cumprimento da lei;

CONSIDERANDO a função ministerial fiscalizadora da execução da pena e da medida de segurança e, do mesmo modo, a atuação ministerial no processo executivo e nos incidentes de execução, nos termos do art. 67 da Lei de Execuções Penais;

CONSIDERANDO a garantia constitucional de respeito à integridade física e moral dos presos, conforme preconiza o art. 5º, inciso XLIX da CF;

CONSIDERANDO as especificidades do sistema penitenciário do Estado do Pará e a necessidade de implementar ações de uniformização das inspeções em harmonia com as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o dever de regulamentar de maneira mais efetiva a atividade, visando à humanização do cumprimento da pena;

CONSIDERANDO os eventos recentemente ocorridos nas dependências de estabelecimentos penais e amplamente divulgados pela mídia, em que dezenas de pessoas sob a custódia do Estado foram vítimas de homicídio, em ações que, por suas características, têm relação com organizações criminosas;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de caráter preventivo, visando contribuir para que não se repitam no Sistema Prisional do Estado do Pará os fatos recentemente ocorridos nos Estados do Amazonas e de Roraima;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de um protocolo contínuo de segurança a ser aplicado por ocasião de visitas às pessoas custodiadas, no que se inclui a definição de procedimentos ligados à revista íntima, nos termos da Lei Federal nº 13.271/2016, como forma de evitar a entrada em presídios de telefones celulares, armas e drogas;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da existência de planos de contingência a serem adotados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social para gerenciamento de episódios de crise que porventura ocorram em estabelecimentos penais paraenses;

CONSIDERANDO que, em relação ao aspecto judicial que envolve a atividade da execução penal, é necessário verificar se a estrutura atual estabelecida pelo Poder Judiciário é adequada para atender a demanda existente;

CONSIDERANDO ser a execução penal matéria afeta ao Centro de Apoio Operacional Criminal, de acordo com o disposto no art. 14, inciso II, da Resolução nº 002/2012-CPJ, de 09 de fevereiro de 2012;

RESOLVEM:

Art. 1º. Criar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, o GRUPO DE TRABALHO DE EXECUÇÃO PENAL E SISTEMA PENITENCIÁRIO - GTEPSP, com o objetivo de discutir e sugerir medidas de operacionalização na área de execução penal, sobretudo no que diz respeito à articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à execução penal, com foco na atividade preventiva pautada na observância de protocolos de segurança delineados pelos órgãos competentes.

Art. 2º. O GTEPSP será vinculado ao Centro de Apoio Operacional Criminal e será coordenado pelo membro em exercício na função de Coordenador do referido Centro de Apoio.

Art. 3º. Os integrantes do GTEPSP serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça, sendo o grupo composto:

- I - pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal;
- II - pelo Coordenador do Grupo de Atuação especial no Combate ao Crime Organizado - GAECO;
- III - por Promotores de Justiça, de todas as entrâncias, com atribuições na seara da execução penal;
- IV - por Promotores de Justiça que oficiem em municípios que sejam sedes de estabelecimentos penais.

• 1º Além dos Promotores de Justiça integrantes do GTEPSP, outros Promotores de Justiça, indicados pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e designados pelo Procurador-Geral de Justiça, poderão participar, sem ônus para a Administração, das reuniões periódicas do grupo.

Art. 4º O GTEPSP reunir-se-á mensalmente ou a qualquer momento, em caráter extraordinário, quando as circunstâncias exigirem.

Art. 5º O GTEPSP, sempre que necessário, articular-se-á com órgãos governamentais e organizações sociais, objetivando viabilizar as funções ministeriais na matéria.

Art. 6º Os casos omissos serão decididos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETES DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Belém, 11 de janeiro de 2017.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

CORREGEDOR-GERAL

Protocolo: 137409

PORTARIA N.º 006/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pelas Portarias nº 2227/2013-MP/PJG, de 16 de abril de 2013 e 4574/2013-MP/PJG, de 24 de julho de 2013; CONSIDERANDO o disposto no art. inciso I, do art. 5º, da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado, de 24/9/2012;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês de janeiro de 2017, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 14 de dezembro de 2016, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês de janeiro de 2017, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 14 de dezembro de 2016, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do Parquet escalados para o plantão institucional do segundo grau;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria nº 4204/2013-MP/PJG, de 9/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 12/7/2013,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para realizarem o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 14 e 15/01/2017.

Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, 11 de janeiro de 2017.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DE SERVIDORES

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL E PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

PERÍODO: 14 e 15/01/2017

Em observância às Portarias nº 4204/2013-MP/PJG, de 9/7/2013, Escalas de Plantão para o mês de janeiro de 2017 elaborada pela

Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 14 de dezembro de 2016 e pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 14 de dezembro de 2016, ambas publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará.

DIA 14/01/2017

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

STÉPHANE CRISTINA CAETANO CABRAL (Assessora técnica da Procuradoria Cível)

DAYAN ROBERTO DINIZ E SILVA (Assessor da Procuradoria Criminal)

DIA 15/01/2017

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

THAYNÁ ROBERTA DE OLIVEIRA RODRIGUES- (Assessora da Procuradoria Cível)

DAYAN ROBERTO DINIZ E SILVA (Assessor da Procuradoria Criminal)

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa.

Protocolo: 137438

PORTARIA Nº 7.179/2016-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais consignadas no art. 18, inc. VI da Lei Complementar Estadual 057 de 6 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 19ª Sessão Ordinária, realizada no dia 20/10/2016, publicada no D. O. E. de 27/10/2016, que removeu o Promotor de Justiça de 1ª entrância ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA para o cargo de Promotor de Justiça de Cachoeira do Arari;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público do Estado do Pará, estatui que as investidas em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição, devendo ser providenciadas pelo Procurador Regional Eleitoral as prorrogações eventualmente necessárias à observância deste preceito;

CONSIDERANDO que as funções eleitorais do Ministério Público junto aos Juizes e Juntas Eleitorais devem ser exercidas pelo Promotor Eleitoral, exclusivamente designado pelo Procurador Regional Eleitoral, após indicação encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar discontinuidades bruscas e indesejáveis nos serviços eleitorais a cargo do Ministério Público, notadamente em ano eleitoral;

CONSIDERANDO interesse público no provimento dos cargos e na movimentação da carreira do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências para evitar possíveis prejuízos e desequilíbrio na carreira ministerial, em especial nos certames futuros, para os membros que forem movimentados durante o período em que tenham assumido o ônus eleitoral;

CONSIDERANDO que no PCA 732.2012-14 e nos Pedidos de Providências 627.2008-26, 741.2008-56 e 820.2008-67 o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público firmou o entendimento de que a movimentação na carreira durante o período referido no art. 5º da Resolução nº 30/CNMP pode se dar juridicamente no âmbito do Conselho Superior, efetivando-se fisicamente, isto é, de modo fático, depois daquele período;

CONSIDERANDO, ainda, a decisão adotada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no sentido de permitir a continuidade da movimentação na carreira da magistratura paraense, ressalvando que os magistrados que exerçam jurisdição eleitoral assumam as unidades judiciárias para as quais tenham sido promovidos ou removidos, sendo, porém, designados para permanecer nas suas respectivas Varas ou Comarcas de origem;

CONSIDERANDO, que, após consulta formulada pelo Procurador-Geral de Justiça na 19ª Sessão Ordinária ocorrida em 20/10/2016, o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público entendeu ser possível compatibilizar o interesse público na movimentação da carreira e no provimento dos cargos do Ministério Público, com a preservação do bem jurídico tutelado pela Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público, a saber, a regularidade e a incolumidade do processo eleitoral, permitindo-se a movimentação da carreira mediante a publicação imediata das portarias de remoção, concomitantemente com a designação do respectivo membro para permanecer na Promotoria de Justiça de origem;

CONSIDERANDO, finalmente, a Súmula nº 001/2013-MP/CSMP, de 5 de junho de 2013;

R E S O L V E:

I - DETERMINAR que seja considerado o dia 31/10/2016, como a data de entrada em exercício do Promotor de Justiça ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA no cargo de Promotor de Justiça de Cachoeira do Arari.

II - DESIGNAR o referido Promotor de Justiça para exercer suas atribuições na Promotoria de Justiça de origem, a saber, a de Portel, enquanto durar o impedimento eleitoral, isto é, até o término do prazo de noventa dias de que trata o art. 5º da Resolução 30/2008.